



CONTRIBUIÇÕES DA ANÁLISE SÓCIO-HISTÓRICA HERMENÊUTICA À PESQUISA ORGANIZACIONAL E DA ADMINISTRAÇÃO

CONTRIBUTIONS OF SOCIAL-HISTORICAL ANALYSIS TO THE ORGANIZATIONAL RESEARCH AND MANAGEMENT

Dorival de Stefani ⁽¹⁾

*Universidade Positivo/UP
Centro Universitário da FAE*

Fabio Vizeu ⁽²⁾

Universidade Positivo/UP

RESUMO

O delineamento do método Hermenêutica de Profundidade, apresentado por Thompson (2000) para a análise de formas simbólicas, é uma interessante alternativa para a pesquisa em administração e organizações. Partindo da perspectiva ricoueriana, o autor desenvolve este método para dar conta do processo de compreensão das construções simbólicas tomando por base a valorização da autonomia semântica do texto combinado com a ênfase das condições sócio-históricas. Assim, o presente trabalho teve por objetivo apontar as contribuições que a primeira etapa da metodologia de Thompson (2000), a Análise Sócio-histórica Hermenêutica, pode trazer aos estudos organizacionais e da administração. Assim, apresentamos as dimensões epistemológicas centrais para justificar o método e o complementamos com um conjunto sistematizado de procedimentos que permitem operacionalizá-lo que compreende tanto a demarcação e mapeamento da condição de produção das formas simbólicas e a identificação das condições vigentes na sociedade de referência, como a coleta de dados biográficos do autor e da época de sua produção. Isto se faz necessário em razão de o autor não ter sistematizado procedimentos específicos para empreender a adequada aproximação do contexto de produção das formas simbólicas. Por isso, nos valem de um exemplo ilustrativo baseado em uma importante autora da administração: Mary Parker Follett.

Palavras-chave: Hermenêutica de Profundidade; Metodologia; Análise Sócio-histórica Hermenêutica; Estudos Organizacionais.

ABSTRACT

The design of Thompson's (2000) Depth Hermeneutics method to the analysis of symbolic forms seems to be an interesting alternative for research in management and organizations. Starting from Ricoeur's work upon the valorization of semantic autonomy of the text combined with the emphasis on hermeneutic socio-historical conditions, Thompson develops his method to give account for the understanding process of symbolic constructions. Thus, this paper aims to point out the contributions that the first stage of the methodology of Thompson (2000), Social-historical Analysis, can bring to organizational studies and management. Thus, we present the central epistemological dimensions to justify the method and we complement it with some procedures that allow its operationalization. This is necessary because the author does not have systematized specific procedures to undertake the proper approach of the production of

symbolic forms' context. Therefore, we use an illustrative example based on an important authoress of the management.

Key Words: Depth Hermeneutics. Methodology. Hermeneutic Social-historical Analysis. Organization Studies.

INTRODUÇÃO

Em estudos organizacionais e da administração, a questão metodológica surge ainda como um dos aspectos que melhor define a consistência da produção acadêmica. Sob o ponto de vista epistemológico, já é possível vislumbrar novos horizontes, para além das perspectivas que marcaram a origem desse campo – o funcionalismo sociológico e a tradição positivista de produção de conhecimento (CLEGG, HARDY e NORD, 1999) –, e refletir sobre a dimensão hermenêutica da realidade organizacional e sobre os procedimentos metodológicos mais apropriados para apreender esse objeto de investigação. Neste sentido, destacam-se as formas simbólicas, um termo que, para a tradição hermenêutica, revela que os objetos de investigação das ciências sociais apresentam um duplo sentido, ou seja, além de produtos da atividade humana, são fatores constituintes dessa realidade (THOMPSON, 2000). Ou seja, os elementos simbólicos da realidade social, tais como a fala, os gestos, os comportamentos, os artefatos, os discursos e todas as outras formas de expressão linguística, por serem referências significativas para os seres humanos, são, por isso mesmo, objetos de investigação científica que exigem do pesquisador uma interpretação contextualizada.

Dentre os esforços de delineamento metodológico para análise das formas simbólicas, o método desenvolvido pelo sociólogo radicado na Inglaterra, John B.

Thompson, constitui-se uma interessante alternativa de pesquisa no campo dos estudos organizacionais e da administração. Com base na obra de Ricoeur que toma a linguagem como discurso intencional e valoriza a autonomia semântica do texto (*i.e.* separação ontológica entre o texto e seu autor) e que expressa um sentido inerente a uma capacidade de mobilização com vistas à estabelecer e sustentar relações de dominação de pessoas e grupos que ocupam posição de poder¹, Thompson (2000) desenvolve o marco referencial metodológico da Hermenêutica de Profundidade (HP) para dar conta do processo que envolve a compreensão e interpretação das formas simbólicas enquanto construções de significação e sentido do mundo social, mediatizadas pelas mais variadas formas de expressão linguísticas.

A releitura de Thompson sobre a hermenêutica de Ricoeur busca recuperar um caráter particular das formas simbólicas. Assim, de acordo com Thompson (2000), estas devem ser tratadas pelo cientista social não apenas em suas características estruturais internas, isto é, como uma expressão discursiva que se materializa na frase textual, mas também, nos diferentes contextos sociais e históricos estruturados em que essas formas

¹ Thompson (2000) desenvolve uma formulação alternativa para a ideia de ideologia, baseada em Marx mas não restrita a concepção realista da ontologia do materialismo histórico, evidenciando “as maneiras como as formas simbólicas se entrecruzam com relações de poder” e enfatizando uma orientação “para a análise concreta dos fenômenos sócio-históricos” e, ao mesmo tempo, “mantendo um caráter crítico que se transmite pela história do conceito” (p. 75-76).

simbólicas estão inseridas e que são significadas (PEGINO, 2009). Neste sentido, Thompson analisa como na contemporaneidade, os meios de comunicação em geral e a comunicação de massa em particular instituem a separação entre a produção e a recepção de formas simbólicas, provocando o distanciamento espaço-temporal na interação entre produtor-receptor. Por conta disso, para esse autor, as formas simbólicas são categorizadas como “fenômenos significativos que são tanto produzidos como recebidos por pessoas situadas em contextos específicos” (THOMPSON, 2000, p. 23).

Desse modo, a análise investigativa proposta por Thompson (2000) se afasta da concepção de análise Sócio-histórica e Cultural cunhada pela psicologia social que tem em Lev S. Vigotski e Aleksei N. Leontiev seus principais representantes. Nesta perspectiva psicológica, o processo total de formação do pensamento e da ação social é tratado sob a exclusiva perspectiva do indivíduo, ou seja, o pensamento como uma atividade psíquica e a linguagem como a origem dos processos psíquicos interiores na atividade inicialmente externa e intersíquica; Thompson (2000) também se afasta da concepção de Mikhail M. Bakhtin que coloca no centro da investigação do fenômeno humano os processos dialógicos da interação verbal realizado por meio da enunciação em todo tipo de comunicação verbal que são fundados na alteridade.

Na verdade, Thompson assume uma perspectiva sócio-hermêutica, seguindo a tradição hermenêutica de Gadamer e Ricouer, onde “as formas simbólicas [são] inseridas em contextos sociais estruturados que envolvem relações de poder, formas de conflitos e desigualdade em termos de

distribuição de recursos (THOMPSON, 2000, p. 23). O autor destaca, assim, os aspectos macroestruturais de produção e reprodução das formas simbólicas, as quais são transmitidas do produtor ao receptor por meio técnico e por uma estrutura social historicamente estabelecida, observada particularmente por um aparato institucional de época. Para evitar desentendimentos sobre esta postura de Thompson (2000) e para demarcar a não vinculação com a tradição da psicologia russa assumida no presente trabalho, nominamos a perspectiva de Thompson (2000) como Análise Sócio-histórica Hermenêutica (ASHH). Ou seja, neste trabalho, o texto, falado ou escrito, e outras formas de expressão humana, assume significação dentro do contexto social em que tais formas simbólicas são expressas e interpretadas, sendo tais contextos relevantes objetos de análise para o pesquisador em geral e para o pesquisador organizacional e da administração em particular.

Assim sendo, por conta da concepção em que texto e contexto (*i.e.* formas simbólicas significadas) são os principais objetos de análise do pesquisador social e assumindo o potencial da proposta de Thompson (2000) de compreendê-los e explicá-los pela aplicação da metodologia HP, o presente trabalho tem em vista apontar as contribuições que a primeira etapa dessa metodologia, a Análise Sócio-histórica Hermenêutica (ASHH), pode trazer aos estudos organizacionais e da administração.

Neste sentido, procuramos apresentar as dimensões epistemológicas centrais que, na perspectiva de Thompson (2000), justificam a aplicação da metodologia e, também, propor um conjunto de procedimentos que permitem operacionalizar a técnica de análise, uma vez que, o autor não

se ocupou de sistematizá-los para bem delinear o contexto de produção das formas simbólicas. Nossa intenção e nosso esforço dirigem-se para complementar o método com etapas procedimentais aplicadas e operacionalizadas em situações concretas. Para tanto, valemo-nos de um exemplo ilustrativo baseado em uma breve análise do pensamento de Mary Parker Follett.

Tendo em vista o escopo do presente trabalho, vale ressaltar uma rápida consideração a respeito de epistemologia². Na área de Administração e organizações, as questões epistemológicas têm se apresentado de forma controversa desde o texto de Burrell e Morgan (1979). Isso porque a epistemologia tem sido erroneamente considerada como intercambiável ao conceito de paradigma tal qual tratado por Thomas Kuhn. Neste sentido, nas décadas de 1980 e 1990, o próprio Gibson Burrell procurou redirecionar seu argumento sobre os paradigmas na área dos Estudos Organizacionais e suas respectivas matrizes epistemológicas; contudo, permanece na área um entendimento confuso sobre tais temas, gerando debates que optamos intencionalmente em não assumir.

Assim, assumimos a definição de Hessen (2000) de que epistemologia trata da possibilidade do conhecimento e da relação entre objeto (conhecido) e sujeito (conhecedor). Por conta disso, a questão ontológica é premissa para uma matriz epistemológica na medida em que diferentes orientações epistemológicas podem assumir diferentes níveis ontológicos a partir de duas concepções extremas – a que vê como real a essência do objeto e a que assume como real apenas aquilo que é assimilado pelo sujeito.

Sem querer reproduzir as diferentes correntes que compuseram ao longo da história ocidental estes dois extremos e outras posições intermediárias (algo que é feito por Hessen (2000)), assumimos, seguindo a escolha feita pela HP, que nossa orientação epistemológica é a da hermenêutica, ou seja, uma visão subjetivista da realidade, tomada pela aparência do real (em uma concepção fenomenológica husserliana) e constituída pela compreensão do sujeito em relação aos objetos que conhece. Por este motivo, as formas simbólicas são expressões deste processo de apreensão do real pelo sujeito humano, que podem assumir mesmo *status* de objeto se considerada pelo ponto de vista da intersubjetividade fenomenológica (BERGER e LUCKMANN, 1996).

Estruturamos o presente artigo em três partes. Na primeira, abordamos o objeto da HP e como este é condicionado pelo contexto social e histórico para situar a ASHH como uma importante medida de investigação de formas simbólicas. Na segunda, discutimos a ASHH aplicada aos estudos organizacionais e da administração, retomando alguns pontos importantes para este campo de pesquisa. Na terceira parte, tratamos da contribuição central no presente trabalho que é a sistematização de medidas procedimentais para se efetuar a ASHH, que são exemplificadas, em uma sessão específica, onde ilustramos nosso argumento com o exemplo da ASHH da Lei de Situação de Follett. Na última parte, tecemos as considerações finais, nas quais retomamos nosso principal argumento e indicamos algumas das principais contribuições da ASHH para a área.

O OBJETO DA HERMENÊUTICA DE PROFUNDIDADE (HP) E SUA DEMARCAÇÃO EPISTEMOLÓGICA

² Neste ponto, agradecemos as considerações de um dos avaliadores, que nos alertou para a necessidade de demarcarmos nossa afiliação epistemológica.

Conforme já foi sinalizado, as formas simbólicas são construções significativas, tais como ações, falas, textos, gestos e outras manifestações humanas que podem ser compreendidas e interpretadas (THOMPSON, 2000). Quando o pesquisador social se depara com seus objetos de investigação, a compreensão e a interpretação das formas simbólicas não se limitam ao espectro objetivo de tais objetos, mas vão além e constituem-se em descritores de acontecimentos e significados quotidianos da vida dos indivíduos (DENZIN e LINCOLN, 2006). Por conseguinte, os sujeitos da realidade social investigada em seus contextos sociais e históricos perenes e dinâmicos constroem sua identidade cultural, seu sistema de pensamento, seu sistema de valores, suas doutrinas, suas ideologias, ou seja, seu próprio mundo de significação do real.

Tomando em particular consideração as organizações enquanto manifestações da realidade social humana, pode-se afirmar que, por suas ações, os sujeitos dão sentido, forma, especificidades e complexidade a esta realidade, tornando as organizações objetos amplos, fragmentados e multidimensionais, no sentido atribuído por Daft e Weick (1984). É por isso que, para estes autores, as organizações não se limitam a processos de transformação ou a meros sistemas de controle, mas vão além, constituindo-se em complexas realidades, nas quais a sobrevivência depende, entre outros aspectos, da adoção de mecanismos para interpretar eventos e prover meios e direção para os participantes. Tais mecanismos que se referem Daft e Weick (1984) são mais claramente estabelecidos em um processo de interpretação em que a informação é

coerentemente significada e as ações são racionalmente escolhidas.

Esta perspectiva sobre a realidade organizacional parte de uma importante premissa ontológica hermenêutica-fenomenológica, a de que a condição humana parte do pressuposto de que o conhecimento (o próprio real) é condicionado social e historicamente.

Essa concepção ontológica implica em uma específica dimensão analítica, tal qual expressa a Sociologia do Conhecimento de tradição fenomenológica. Assim sendo, se o conhecimento tem a sua gênese a partir de nexos existentes entre as condições sociais, posicionadas historicamente – ou seja, em específicos contextos espaços-temporais nos quais emergem e se cristalizam as produções culturais de atores individuais e coletivos – então, devemos admitir que diferentes contextos sociais gerariam diferentes conhecimentos e, conseqüentemente, que tais conhecimentos somente teriam sua validade assegurada em determinadas condições sociais.

Por conta deste problema, Mannheim (1972) afirma que a emergência e a cristalização do pensamento são influenciadas por questões existenciais, as quais, se relevantes, não apenas influenciam a criação de ideias, como também penetram em suas formas e conteúdo. Desse modo, o pensamento é relativizado pela existência, ou seja, a existência é um todo e o pensamento, em contraste, uma realidade parcial. Este “conhecimento dialético”, assim denominado por Mannheim (1972), traz consigo uma implicação de fundo epistemológico-metodológico, pois, para se apreender a realidade, faz-se necessário ir além da intuição (tal qual apregoa Husserl) ou de uma forma mais elevada de cognição. Isso

somente é possível, para Mannheim (1972), por intermédio da “perspectiva do sujeito” (p. 289). Esta ideia, por sua vez, fez Thompson (2000) reconhecer a realidade como sendo um campo que é, ao mesmo tempo, um campo objeto e um campo sujeito. Um campo sujeito, afirma o autor,

[é] construído, em parte, por sujeitos que, no curso rotineiro de suas vidas cotidianas, estão constantemente interessados em compreender a si próprios e aos outros, em produzir ações e expressões significativas e em interpretar ações e expressões significativas produzidas pelos outros (THOMPSON, 2000, p. 32-33).

Essa premissa de Thompson (2000) para constituir seu método de análise da realidade social se vincula fortemente com a tradição hermenêutica, especialmente aquela desenvolvida por Gadamer e Ricoeur. Desse modo, a hermenêutica é central para Thompson (2000), não apenas pelo fato de ela tomar em consideração as condições precedentemente expostas, mas, também, por conta de prover um referencial metodológico orientado à (re) interpretação³ de fenômenos significativos, o qual compreende um arcabouço de tipos variados de análises inseridas em três formas distintas de investigação: *i*) a ASHH (colocada em evidência neste estudo), tem em vista reconstruir as condições sociais e históricas de produção, circulação e recepção das formas simbólicas; *ii*) a Análise Formal ou Discursiva, que objetiva desvelar a organização interna das formas simbólicas,

³ Thompson (2000) preconiza que, tendo em conta que as formas simbólicas são objetos de análises previamente interpretados, o trabalho do pesquisador configura-se como uma reinterpretação.

com suas características estruturais, seus padrões linguísticos e/ou discursivos e outras formas de relações; e, por fim, *iii*) a Interpretação / Reinterpretação, que visa à realizar a construção criativa de potenciais significados por meio de um movimento novo de pensamento (THOMPSON, 2000).

Assim constituída, a HP alavanca em suas três etapas as potencialidades de diferentes tradições hermenêuticas e fenomenológicas, tais como a própria tradição interpretativista, a histórica, a crítica, a construcionista, entre outras, para alcançar, cada uma a seu modo, a compreensão e a interpretação da maneira como os sujeitos criam, mantêm e modificam a sua realidade social. Portanto, o que os sujeitos sociais trocam são, em síntese, construções simbólicas significativas (*i.e.* formas simbólicas), as quais são produzidas e recepcionadas por outros sujeitos não necessariamente de um mesmo contexto histórico.

Neste fato é que reside o princípio fundamental a justificar o método objeto do presente texto, já que, tal delineamento epistemológico traz implicações à compreensão e à interpretação realizada pelo pesquisador social. A principal é a ideia de que cada época tem o seu modo característico de produção de significados e um modo característico de apreender a realidade, conseqüentemente, as construções simbólicas de outras épocas são vistas de uma perspectiva nova ou diferente (MANNHEIM, 1972; GADAMER, 1997). Assim, na análise das formas simbólicas, atuais ou pretéritas, faz-se necessário considerar tanto sua dimensão sincrônica quanto a dimensão diacrônica (KOSELLECK, 2006; GADAMER, 1997) e, para isso, o pesquisador deve dispor de estratégias investigativas diversas que contemplem tal historicidade de seus objetos.

Isto implica em descobrir e redescobrir novas formas de observar e de interpretar que não podem ser mais delineadas de dentro de uma perspectiva exclusivamente objetiva tal qual apregoada pelo positivismo (DENZIN e LINCOLN, 2006), pois, “no nível epistemológico, não há acesso à realidade independente da mente humana” (GODOI e BALSINI, 2006, p. 94).

De certo modo, predomina nas tradições epistemológicas não positivistas a centralidade da linguagem como um instrumento da mediação da ação entre os sujeitos. Assim sendo, a perspectiva interpretativista (termo que muito bem expressa a presente orientação epistemológica, mas não de forma exclusiva) apreende fenômenos significativos pela interpretação, ou pela reinterpretação de um domínio pré-interpretado (THOMPSON, 2000, p. 33); a perspectiva histórica, com a noção de que o homem constrói a sua existência de geração em geração, tendo em vista que a produção de ideias, de representações e da consciência está diretamente vinculada à atividade material e o intercâmbio material entre os homens, como a linguagem da vida real; a perspectiva crítica interpreta para esclarecer – esclarecer para alcançar a autonomia moral, a autoconsciência crítica –, cuja noção dialética é dada pela representação simbólica como mediação instrumental nas interações sociais (HABERMAS, 1968, p. 12); a perspectiva construtivista circunscreve a ação do sujeito sobre o objeto de conhecimento, onde o ato de conhecer consiste em operar sobre o real transformando-o para compreendê-lo (PIAGET, 1978, p. 155); e a perspectiva fenomenológica considera que só é possível encontrar a essência do conhecimento na consciência do sujeito (HUSSERL, 1990).

Posto tais premissas epistemológicas, para a compreensão das formas simbólicas como objetos de análise empírica faz-se necessário colocar em suspensão as pré-concepções do real (o parêntese da Fenomenologia). Como alerta Foucault (2007, p. 24) “é preciso pôr em questão essas sínteses acabadas, esses agrupamentos que na maioria das vezes são aceitos antes de qualquer exame”, como é o caso, das noções de interpretação e de hermenêutica. Assim, considerando que a interpretação tem por finalidade explicar, esclarecer o sentido e determinar o significado preciso de um texto e a hermenêutica visa revelar, descobrir, interpretar o sentido daquilo que está oculto no texto, daquilo que não foi dito, dos efeitos polissêmicos, do interdiscurso, e das formações discursivas (VIEIRA, 2009), pode-se afirmar que pela hermenêutica e pela interpretação das manifestações vitais – ações e expressões vivenciais (BAUER e GASKELL, 2008; HABERMAS, 1982) –, é possível compreender o homem, a sua história, a sua existência e o mundo em que vive.

Da mesma forma, a hermenêutica e a interpretação permitem também a reconstrução de canais de comunicação rompidos entre a própria experiência de vida do sujeito e a tradição a qual ele pertence, bem como, entre este e os diferentes indivíduos, grupos e tradições. É esse o significado da expressão ‘horizonte de compreensão’ (GADAMER, 1997). Nesse mesmo sentido, podemos afirmar, em consonância com Habermas (1982), que não há espaço para a hermenêutica ser transformada em um método explícito do proceder analítico operado sobre um texto no qual o autor é colocado em suspensão, tornando o texto autônomo em relação ao seu

autor, pois, se houvesse uma tal possibilidade, a hermenêutica seria um processo de investigação de natureza positivista (PEGINO, 2010). Esse é o elemento central para justificar a importância da ASHH. Entretanto, antes de tratar de seus aspectos procedimentais, é necessário pontuar como as formas simbólicas são consideradas no campo da Administração e Organizações.

AS FORMAS SIMBÓLICAS NA PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO E ORGANIZAÇÕES

De modo geral, a questão epistemológica das formas simbólicas nas pesquisas organizacionais e de Administração se constitui no mesmo sentido que as pesquisas sociais mais amplas. Assim sendo, para Denzin e Lincoln (2006), “o pesquisador fala a partir de uma comunidade distinta que configura [...] os componentes multiculturais [...] do ato da pesquisa” (p. 32) e, mais, a profundidade e a complexidade das perspectivas de pesquisa qualitativa incorporadas consciente ou inconscientemente pelo pesquisador social fazem dele um *interpretador-bricoleur* (DENZIN e LINCOLN, 2005). Esta condição faz com que o investigador da realidade organizacional considere o seu fazer a partir de uma miríade discursiva que se manifesta em uma realidade organizacional localizada historicamente, o qual tende a “guiar e constranger o trabalho interpretativo a ser feito em qualquer estudo específico” (DENZIN e LINCOLN, 2005, p. 33).

Isto posto, no que se refere ao tratamento de formas simbólicas nos estudos de administração e organizações, não se pode afirmar sobre a existência de uma unidade única de análise, pois ela varia segundo a

natureza de cada pesquisa (GODOI, BANDEIRA-DE-MELLO e SILVA, 2006).. Contudo, tendo em conta a dimensão interpretativa dos estudos organizacionais e os tipos de análises que recaem sobre objetos simbólicos que emergem em tais estudos, estes objetos apresentam, entre si, certa convergência por serem constituídos e instrumentalizados pela linguagem de sujeitos em interação (com outros sujeitos e/ou com sujeitos-pesquisadores), situados social e historicamente (BULGACOV e VIZEU, 2011).

Esses elementos evidenciam a importância da análise hermenêutica das formas simbólicas para os estudos da administração e organizações. Mas é preciso ir adiante e reconhecer, em consonância com Thompson (2000), que a explicação das formas simbólicas não se dá unicamente no espaço das interações quotidianas dos indivíduos. As formas simbólicas também são “construções estruturadas de maneiras definidas e [se inserem] em condições sociais e históricas específicas” (p. 364). É por essa razão que a metodologia de Thompson rompe com o textualismo dos procedimentos analíticos da hermenêutica da *doxa*⁴ em face de que, essa tradição, não apreende devidamente as condições sociais e históricas que se interpõem na produção e transmissão das formas simbólicas.

A importância da contextualização social e histórica na produção de formas simbólicas é tratada por outros importantes autores, além de Thompson (2000). Para analisar a relação entre conhecimento e existência e para traçar as formas simbólicas tomadas por esta relação no desenvolvimento intelectual da humanidade, Mannheim (1972)

⁴ Palavra grega que remete à interpretação dos significados do mundo quotidiano (THOMPSON, 2000).

coloca em primeiro lugar que, em um projeto de investigação puramente empírica, não se pode desconsiderar o fato de que as relações sociais constituem pensamento sobre o objeto; segundo este autor, isso justifica o fato de que, para a compreensão da natureza do conhecimento científico – por exemplo, no que se refere ao seu critério de validade – faz-se necessário analisar a inter-relação entre os sujeitos produtores desse conhecimento. Por este motivo, Mannheim considera relevante a perspectiva do pensador que, em última instância, se constitui a partir de suas condições sociais e históricas de existência.

Outro cientista social que destaca as condições sociais e históricas na análise da linguagem é Pierre Bourdieu. Esse autor destaca que as interações simbólicas são permeadas por relações sociais contextualizadas em estrutura de dominação e poder, historicamente constituídas e socialmente referenciadas, tendo em conta que a “natureza social da língua constitui uma de suas características internas” (BOURDIEU, 2008, p. 19). Esse mesmo autor considera ainda que a interação linguisticamente mediada

é uma conjuntura, um encontro de séries causais independentes: de um lado, as disposições, socialmente modeladas, do *habitus* linguístico, que implicam uma certa propensão a falar e a dizer coisas determinadas (interesse expressivo), definida ao mesmo tempo como capacidade linguística de engendramento infinito de discursos gramaticalmente conformes e como capacidade social que permite utilizar adequadamente essa competência numa situação determinada; do outro, as estruturas do mercado linguístico, que se impõem como um sistema

de sanções e de censuras específicas (BOURDIEU, 2008, p. 28).

Por fim, dentro da literatura de estudos organizacionais, a importância da ASHH também é revelada na discussão que fazem Matitz e Vizeu (2010) sobre o problema da definição conceitual neste campo. Os autores concluem que “o conceito é, ao mesmo tempo, um fenômeno socialmente referente e historicamente (re) construído, capaz de revelar diferentes estruturas sociais e sua relação com o léxico de significações que se constitui ao longo do tempo” (MATITZ e VIZEU, 2010, p. 1). Assim, a compreensão dos conceitos revela um processo histórico de significação da realidade organizacional a partir das construções interativas entre os participantes deste campo. Dito de outra forma, a dinâmica dos conceitos assumidos no léxico especializado do campo acadêmico de Estudos Organizacionais exige do pesquisador o uso de um adequado referencial analítico, algo que acreditamos ser o caso da ASHH.

DELIMITAÇÃO PROCEDIMENTAL DA ASHH

Para reconstruir as condições sociais e históricas de produção, circulação e recepção das formas simbólicas nas áreas de administração e organizações, a ASHH toma em consideração a necessidade de estabelecer níveis outros de análise em face da natureza, aspecto e característica dos contextos sociais organizacionais. Embora Thompson (2000) organize essa etapa em quatro tipos distintos de análises sócio-históricas, elas podem ser sintetizadas, sem a intenção de torná-las difusas, em apenas dois tipos. A primeira, a ASHH das situações espaços-temporais, ou

seja, “as formas simbólicas são produzidas (faladas, narradas, inscritas) e recebidas (vistas, ouvidas, lidas) por pessoas situadas em locais específicos, agindo e reagindo a tempos particulares e a locais específicos” (THOMPSON, 2000, p. 366). E, a segunda, a ASHH dos campos de interação, a qual reúne diversas instâncias de influência na produção, transmissão e recepção das formas simbólicas, quais sejam: a força de posições que ocupam certas pessoas ou pelo emprego que elas fazem de certos recursos (regras, convenções, esquemas de mobilização); as regras e condições relativamente estáveis de relações que são estabelecidas pelas instituições sociais; as assimetrias de classes proporcionadas pela estrutura social; certo grau de fixidez, de reprodutibilidade e a natureza da participação de sujeitos que empregam meios técnicos de construção de mensagens e de transmissão (THOMPSON, 2000).

Complementarmente a essas categorias analíticas propostas por Thompson, é preciso considerar também outras instâncias de mediação não tão perenes que podem se apresentar ao analista sócio-histórico como relevantes para explicar as condições de produção e transmissão das formas simbólicas. Vale destacar que na proposição analítica feita por Thompson, o autor se concentra em apontar o que a ASHH deve fazer, mas não aponta sobre como fazer, como operacionalizar tais análises, ou, pelo menos, não explora os procedimentos que ajudam a realizar este delineamento.

O delineamento da ASHH que faz Thompson, nos variados tipos de análise, traz consigo algumas dificuldades ao situar o pesquisador apenas nas fronteiras da história e dos campos de interação. Estes, não há dúvida, são relevantes para o referencial metodológico da HP, entretanto, a forma

como Thompson os retrata não permite ao pesquisador situar-se suficientemente para apreender a extensão e a profundidade desses mediadores no processo de construção simbólica. Como já afirmamos, o autor não considera a potencialidade de outros mediadores que não sejam tão estruturados e perenes como aqueles relativos às instituições sociais, tais como os grupos sociais e as redes de relacionamentos que se formam para desenvolver novas ideias ou fazer prevalecer interesses de diversas ordens. Isso, uma vez colocado em questão, torna possível às análises produzirem entendimentos mais completos e mais bem substanciados à interpretação das formas simbólicas. Portanto, tais problemas são inerentes a problemas operacionais, que podem ser sanados por meio de um conjunto sistematizado de procedimentos.

Assim, a proposição que aqui compilamos baseia-se em experiências e deduções derivadas de esforços anteriores dos autores do presente ensaio, que visaram sistematizar as categorias analíticas de Thompson a partir de procedimentos específicos. Nossos critérios e procedimentos não devem ser vistos como algo definitivo, mas como um esforço preliminar neste percurso de sistematização. Apresentamos, assim, quatro passos para a operacionalização da ASH. Os dois primeiros são de ordem epistemológica e os dois últimos de ordem operacional. Para melhor situar e demonstrar sua consecução, ilustramos essas etapas com uma breve exemplificação do pensamento de Mary Parker Follett. A escolha desse objeto – a Lei da Situação – é relevante em nossa ilustração justamente pelo fato de a obra de Follett ser reconhecida como de vanguarda (GRAHAM, 1998), levando a supor que deve ser considerada anacronicamente, como uma

produção fora de seu tempo cronológico. Esta leitura tem sido observada como um equívoco comum no campo da administração e dos estudos organizacionais (JACQUES, 2006), e reside de um problema de ordem metodológica que pretendemos dirimir a partir da ASHH.

Primeiro passo: demarcação e mapeamento da produção simbólica

O primeiro procedimento para a realização da ASHH diz respeito ao levantamento das condições gerais de produção das formas simbólicas na perspectiva de quem produziu e para quem as produziu. Ou seja, a ASHH parte da ideia de que seu objeto de análise é algo socialmente construído e que tem uma comunidade de referência. Assim, neste passo, a ênfase da análise é circunscrita à perspectiva de um sujeito pensante, o produtor, mediada por um pressuposto central que se faz presente na sociologia do conhecimento de Mannheim (1972), para quem “não se pode compreender corretamente uma grande parte do pensar e do saber, enquanto não se levar em consideração suas conexões com a existência ou com as implicações sociais da vida humana” (p. 290).

As manifestações simbólicas das quais resultam os diversos tipos de produções expressiva de um sujeito, são formas decorrentes, em primeiro lugar, de propósitos coletivos que são internalizados no pensamento do sujeito por um processo prescritivo do qual ele apenas participa, algo preliminar à tomada de consciência desse sujeito de seus interesses próprios (MANNHEIM, 1972). Com isso, pode-se afirmar que a produção simbólica de um sujeito não é apenas uma contribuição para a

defesa, consecução, e hegemonização dos propósitos coletivos do grupo no confronto competitivo com propósitos coletivos de outros grupos, mas também é, ao mesmo tempo, condição para o sujeito manter-se afiliado ao grupo em questão como membro-participante. Por esse argumento, todo texto é intencional e fala a uma audiência específica; para isso, retrata o debate vigente dentro desta comunidade linguística (JASMIN, 2005). Daí resulta a necessidade de levantar quem é quais as principais características desta comunidade linguística de referência.

Segundo passo: as condições sociais vigentes

Da mesma forma que as formas simbólicas se referem a um sujeito membro de uma comunidade linguística de referência, a ASHH deve considerar o contexto social mais amplo que esta comunidade de interação está inserida para explicar sobre onde e em que condições históricas as formas simbólicas foram produzidas. O intento desta etapa está em identificar os círculos sociais e referências culturais amplas nos quais o sujeito produtor está (ou esteve) exposto para sinalizar as condições de produção e transformação do seu pensamento. Esta etapa leva em conta o fato de que, quando um sujeito passa a fazer parte de um grupo social, afirma Guerreiro Ramos (1981), encontra um corpo de teoria que, de maneira mais ou menos explícita, estabelece não apenas como o mundo é, mas também quem somos nós, o que estamos nós fazendo e o que é que deveríamos estar fazendo.

Além da teoria, duas outras dimensões, presentes em qualquer grupo social, são relevantes à ASHH: a estrutura que compõe o conjunto de papéis e de relações entre os membros individualmente e a tecnologia que

diz respeito ao conjunto vigente de normas e praxes consolidadas, através do qual as coisas são feitas e os resultados conseguidos (GUERREIRO RAMOS, 1981). Nessa mesma linha de pensamento, Mannheim (1972) lembra sobre a existência nos diferentes contextos sociais de muitas tendências de pensamento simultânea e mutuamente contraditórias, de valores diferentes, lutando entre si, com suas diferentes interpretações da experiência comum, que se nos apresentam e com as quais se é possível conhecer o mundo. Essa ideia de Mannheim possibilita ao analista desvelar conceitos escolhidos e também conceitos não escolhidos a partir da identificação da construção histórica da orientação de pensamento do sujeito produtor (contraconceito), assim como, também, distinguir um grupo social de outro e entre grupos sociais de tempos históricos distintos - evitando incorrer-se em anacronismos.

Nesse sentido, a ASHH não pode deixar de considerar a importância e a influência dos pressupostos coletivos sobre as formações simbólicas. Esses pressupostos coletivos se apresentam em forma de contextos, tais como, formação educacional - que se refere ao espaço social de formação do intelectual produtor da forma simbólica -; acadêmico - que se trata da comunidade acadêmica de referência do intelectual, com sua linguagem e esquemas teóricos próprios, bem como com uma estrutura social de referência e redes de poder e legitimação (BOURDIEU, 1983) -; profissional - referente à disciplinarização de órgãos de classe e códigos profissionais (FREIDSON, 1988) -; e, também, se apresentam por meio de vínculos e redes de relações provenientes da vida pessoal (família, igreja, partidos políticos e outros grupos de interesse) e de estilo de vida do sujeito produtor.

Terceiro passo: dados biográficos do sujeito-produtor

Para realizar a demarcação e mapeamento, bem como a identificação das condições sociais vigentes na sociedade de referência, faz-se necessário empreender na ASHH um levantamento e registro dos fatos, eventos e acontecimentos relevantes que marcaram a vida do sujeito-produtor das formas simbólicas, alvo da sua pesquisa, e da época em que as formas simbólicas foram produzidas, as quais são operacionalizadas, respectivamente, em dois passos finais distintos: dados biográficos e dados de época.

Em primeiro lugar, a análise da biografia não é sem orientação. Não se trata de apurar com uma riqueza de detalhes a vida do sujeito, mas de acolher aqueles elementos biográficos que são relevantes para situar o pensamento do autor e sua produção simbólica, mesmo que, para isto, o analista sócio-histórico tenha de amearhar uma miríade de textos primários e secundários para substanciar a compreensão e a interpretação das formas simbólicas.

Por certo, o primeiro esforço investigativo se circunscreve à biografia escrita ou autorizada pelo próprio sujeito-produtor (e.g. Peter F. Drucker, com o texto *Adventures of a Bystander*, de 1988). Mas além de textos autobiográficos, existem outras fontes, também, primárias, que podem ser utilizadas, tais como: as entrevistas concedidas publicadas em jornais, revistas, livros, sites da *internet*; e, também, documentos pessoais: cartas, manuscritos, apontamentos diversos, em posse de pessoas próximas (familiares, amigos) ou de instituições (bibliotecas, museus, universidades, entre outras).

Além disso, o analista sócio-histórico deve contar com textos de fontes secundárias,

tais como: biografias não autorizadas, biografias *post-mortem* (e.g. o texto *Mary Parker Follett: Creating Democracy, Transforming Management*, de Joan C. Tonn, publicado em 2003), fragmentos biográficos publicados por jornalistas, historiadores, e outros. Neste grupo, os textos tanto complementam como ratificam ou retificam os elementos acolhidos de fontes primárias.

Quarto passo: Dados de época

Se no passo anterior a ênfase focalizou sobre a compreensão do sujeito no mundo, neste, o foco recai sobre a compreensão do mundo do sujeito, portanto, aqui, remete-se para a compreensão da mentalidade de uma época, assim denominada pelos franceses da nova história para representar os contextos sociais, políticos e econômicos situados em um tempo e espaço específicos, imersos em um referencial semântico e cultural, mediados por interações específicas que configuram uma vida social específica (VIZEU e MATITZ, 2011).

Nesta última etapa procedimental é preciso ainda destacar que as fontes de dados são variadas. O analista sócio-histórico necessita recorrer a fontes primárias de época, tais como relatórios de entidades oficiais (e.g. IDH-PNUB do Programa das Nações Unidas, e outros), arquivos históricos (e.g. no Brasil, IBGE, Arquivo Nacional, e outras), publicações da imprensa (falada, escrita, televisada), outras publicações acerca do *modus vivendi* da sociedade em questão para identificar elementos sobre costumes, hábitos, assim como, também, de situações, locais específicos e desempenho social, político e econômico, disponíveis em diferentes fontes, tais como romances, críticas, histórias, crônicas, programas de

televisão, filmes (e.g. cartas publicadas em jornais da época acerca das realizações de Taylor e suas consequências, como pode ser verificado no site da Stevens Institute (n.d.). Um meio possível para demonstrar a mentalidade de uma época é analisar os conceitos em biografias em que o sujeito-produtor em investigação não é ele mesmo o autor, mas em biografias de outros sujeitos-produtores situados no mesmo tempo histórico.

Além dessas fontes, a ASHH pode também valer-se de textos contemporâneos produzidos por jornalistas, historiadores, tais como os trabalhos de Alfred Chandler (1998), em *Estradas de Ferro: pioneiras da moderna administração de empresas*, e Eric Hobsbawn (1977), em *A Era do Capital*.

Contudo, o pesquisador, a seu critério, deve julgar a condição de confiabilidade dos dados levantados. Confirmações podem ser necessárias e, para os casos, recomenda-se obter as confirmações, se possível, diretamente com o próprio sujeito pesquisado, ou, então, com familiares, pessoas do círculo de relacionamento, ou quando isso não for possível, realizando um cruzamento de dados entre as fontes diversas. Por fim, recomenda-se catalogar todas as fontes utilizadas no quadro de referência bibliográfica, em acordo com as normas vigentes.

EXEMPLIFICANDO AS ETAPAS DA ASHH: O PENSAMENTO DE MARY PARKER FOLLETT

Conforme foi mencionado, utilizamos uma breve análise de elementos de uma teoria da área de Administração para ilustrar alguns os aspectos da operacionalização da ASHH. Assim sendo, tomamos como um

exemplo de aplicação da ASHH a denominada “Lei da Situação”, desenvolvida por Mary P. Follett (*Community is a process*, 1919, p. 576-588). Dentre outras questões, a autora preconizou nesta teoria um conjunto de ideias que são consideradas como de vanguarda para sua época, tais como a ideia de que, por meio da interpenetração das ações entre sujeitos, interesses coincidentes são criados e que novas sínteses dão conta de integrar os interesses das partes (*i.e.* criação de *mais-valentes*). Com isso, Follett faz uma demarcação para incorporar a sua teoria entre os pensadores pragmatistas (aqueles que ‘verificam’ no mundo concreto) e os racionalistas (aqueles que ‘verificam’ no mundo da razão), porém não sem conclamá-los a dar um passo além e ‘aprender a criar’⁵ em ambos. Follett, com isso, se opôs às abordagens que suspendem o indivíduo do processo de construção social.

O posicionamento de Follett, defensora ferrenha do papel real do grupo social – a prática da comunidade⁶ –, não é somente de natureza acadêmica, mas uma combinação de pesquisa teórico-empírica⁷ substanciada, de um lado, por seus conhecimentos da psicologia e biologia e, de outro lado, por seus conhecimentos de um trabalho social

voluntário, em Boston (MA), onde vivenciou a força criativa dos grupos sociais por meio da integração de interesses e de opiniões de seus participantes.

Alguns fragmentos da história de vida de Follett foram vitais para a produção, distribuição e recepção dos conceitos por ela significados (formas simbólicas). Assim, colocamos em análise certos aspectos sócio-contextuais a que esteve Follett submetida (educacional, acadêmico, profissional), os seus vínculos sociais e o seu estilo de vida, como forma de reconstruir o contexto sócio-histórico que a influenciou, orientando e permitindo a sua produção intelectual. Para dar conta desse empreendimento, nos valem de textos de diversas fontes, inclusive da própria Follett, quais sejam: Callas e Smircich (1996), Follett (1919; 1997a; 1997b), Fox (1968), Graham (1997; 1998), Kanter (1997), Stivers (1996), Tonn (1996; 2003), *The New York Times* (1894). Seguimos agora com breves apontamentos acerca da síntese da ASHH da teoria da Situação de Follett. O *Radcliffe College* possibilitou a formação de uma brilhante aluna, distinguindo-a com o mérito *summa cum laude* em economia, governo (*government*), direito e filosofia. Theodore Roosevelt, então presidente do *Board of Police Commissioners*, em Nova York e, cinco anos mais tarde presidente dos Estados Unidos, declarou sobre seu livro *The Speaker of the House of Representatives*, uma “leitura indispensável a qualquer estudo do Congresso”. O poder público de Boston, pelo sucesso alcançado, implantou as ideias de *comunidade como um processo* nas escolas municipais. Isobel Briggs, sua companheira por 30 anos, possibilitou-lhe conhecer pessoas com grande influência na sociedade de Boston.

Foi assim que Henry C. Metcalf abriu-lhe as portas para ministrar uma série de

⁵ Follett (1919) afirmou: “*The step beyond is to learn to create in both*” (p. 585).

⁶ Também pode ser visto em: Follett (O Indivíduo, o grupo e a sociedade, 1997b) e Graham (Mary Parker Follett: profeta do gerenciamento, 1997).

⁷ Follett ganhou reconhecimento como uma historiadora original e séria com o livro *The Speaker of the House of Representatives*, baseado em sua tese de graduação, publicado em 1896. Ela tornou-se rapidamente uma referência no assunto. Nesse livro, ela detalhou o intrincado trabalho do processo legislativo e abriu caminho para uma abordagem de pesquisa inovadora à época – estudou meticulosamente os registros documentais e, em complemento, entrevistou as pessoas envolvidas para colher diretamente suas visões e reações – esta abordagem esteve presente em todo o seu trabalho posterior (GRAHAM, 1997, p. 14).

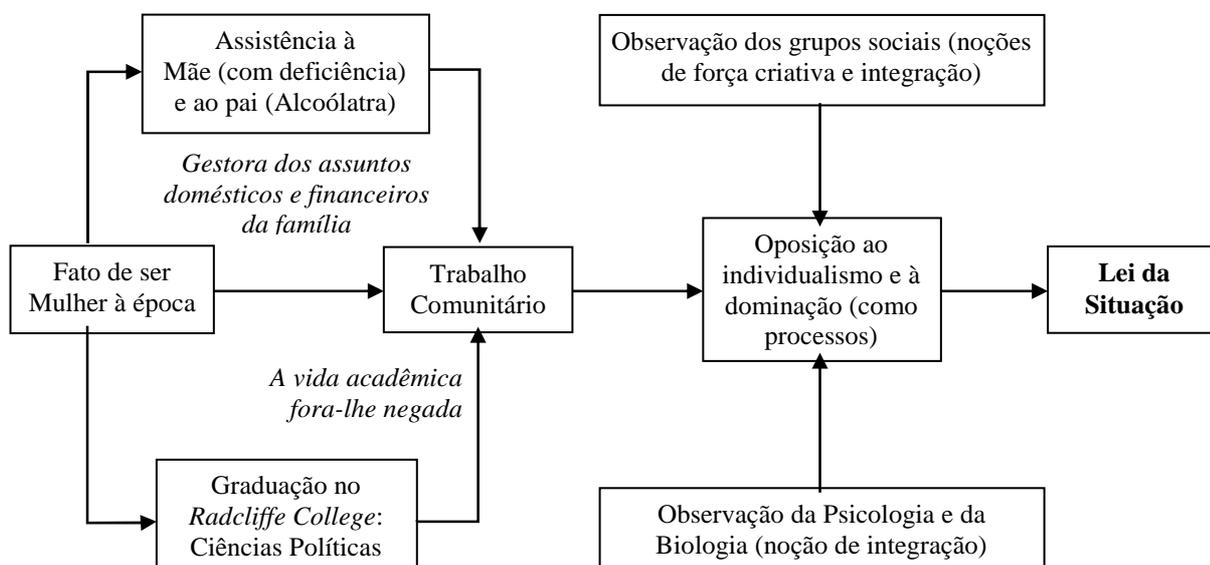
conferências denominada *The Psychological Foundations of Business Administration*. Seebohm Rowntree, empresário, abriu-lhe as portas do Balliol College, Oxford, Inglaterra, para ministrar suas conferências anuais sobre temas de gerenciamento. Lyndall Urwick, consultor de negócios, seu maior admirador, divulgou incessantemente seus trabalhos na Inglaterra. E, também, os empresários que a empregaram para solucionar, entre outros, conflitos salariais antes que as disputas fossem levadas às juntas de negociação.

Na época e país de Follett, a questão de gênero apresentava-se com notória desigualdade, em desfavor da mulher. Este fato torna-se relevante para a reconstrução das condições sócio-históricas. Assim, para Follett e às mulheres de sua época, o voto não era facultado, a educação voltava-se aos afazeres e cuidados do lar, o trabalho acadêmico e profissional pouco estimulado. Tais condições foram determinantes para a trajetória acadêmica, profissional e pessoal de Follett. Ela foi obrigada a assistir precocemente a seus pais (mãe com deficiência e pai alcoólatra), tornando-se responsável pelos assuntos domésticos e financeiros da família, um aprendizado que a levou, mais tarde, a destacar-se em seus projetos sociais. Por outro lado, ser uma mulher, à época, permitiu-lhe estudar no *Radcliffe College (Harvard 'Annex' for Women)*, contudo, o trabalho na política e na academia – redutos eminentemente masculinos – foi-lhe negado e, em não encontrando alternativa, voltou-se para o trabalho social voluntário – reduto eminentemente feminino. Sua vida então, até sua morte, foi dirigida ao combate das correntes que tinham o individualismo e a dominação (*poder-sobre*) como pressupostos e o fortalecimento dos grupos na comunidade, no setor público e no

setor privado, para o exercício de uma prática comunitária (*poder-com*) concebida pela “Lei da Situação”⁸ (aqui uma noção de contraconceito: *poder-com* se opõe ao *poder-sobre*). A figura 1 apresenta uma síntese do esquema analítico dos aspectos sócio contextuais, dos vínculos e do estilo de vida de Follett.

⁸ Cerca de cento e quarenta pessoas natas entre 1800 e 1960, reconhecidas como as personalidades que mais influenciaram o desenvolvimento dos negócios e da administração na modernidade, seja por suas teorias ou por suas práticas, foram incluídas no livro editado por Malcolm Warner *The IEBM Handbook of Management Thinking* (WARNER, 1998). Dentre as personalidades, seis são mulheres, dentre as primeiras três: Mary Parker Follett (1868-1933), a primeira; seguida por Lilian E. M. Gilbreth (1878-1972) nata dez anos depois, e Joan Woodward (1916-1971) nata quase cinquenta anos depois de Follett.

Figura 1 – Alguns fatores mediadores da criação da Lei da Situação, em 1919, por Mary P. Follett (1868-1933).



Fonte: Adaptação feita a partir dos textos de Callas e Smircich (1996), Follett (1919; 1997a; 1997b), Fox (1968), Graham (1997; 1998), Kanter (1997), Stivers (1996), Tonn (1996; 2003a), The New York Times (1894).

As criações teóricas de Follett, exceto a primeira, isto é, a sua tese de graduação que resultou de pesquisas por observações diretamente no campo, decorreram de suas experiências vivenciadas diretamente no seu trabalho. Cada criação abriu a Follett novas oportunidades de relacionamentos e atividades, movendo-a a novos desafios em face da relevância com que suas concepções eram recepcionadas no tempo próprio de sua existência. Do seu trabalho social, ela publicou dois textos: *The New State-Group Organization: The Solution for Popular Government*, em 1918, e *Community is a Process*, em 1919. Esses trabalhos a levaram para atuar nas juntas de negociação sobre disputas por salários entre categorias de empregadores e empregados, começando como voluntária e, posteriormente, como membro efetivo de negociação (seu primeiro trabalho remunerado aos 52 anos). Desta fase resultou o texto *Creative Experience*, publicado em 1924. Este trabalho despertou o interesse de empresários da época erigindo Follett em

consultora sobre a questão do fator humano no gerenciamento. Das experiências vivenciadas como consultora resultou a realização de inúmeras conferências no campo, para empresários e estudiosos, tanto nos Estados Unidos como na Inglaterra. Seu passamento deu-se antes mesmo de publicar a consolidação dos ensinamentos, os quais caíram no esquecimento.

Retomando a ideia de que se pode conhecer o mundo pelas diversas tendências de pensamento, Follett desenvolveu e disseminou suas teorias em um período de grande entusiasmo pelas ideias da administração científica (abordagem clássica) e do movimento contrário (ou complementar) relativo à abordagem das Relações Humanas, realizado por Elton Mayo para superar conflitos entre empregados e empregadores. Estes dois fatores repercutiram de maneira intensa para o esquecimento das ideias de Follett. O primeiro foi marcado pela busca incessante da eficiência operacional nos processos produtivos. Sua gênese remonta às

últimas décadas do século XIX e foi Taylor, na primeira década do século XX, o seu mais proeminente contribuinte, a dar-lhe a consistência de um raciocínio singelo e a expô-la com uma lógica e clareza que arrebatou seguidores, dentre eles capitalistas e administradores (BRAVERMANN, 1981). O segundo fator ganhou notoriedade pela experiência de *Hawthorne*, em 1927, cujos escritos e ideias repercutiram rapidamente nas organizações por conta do apoio dos gerentes que, na época, passam a ter maior legitimidade em sua autoridade (CHILD, 1997).

Marcando a redescoberta de Follett no mundo, os ensinamentos dessa autora foram publicados por Lyndall Urwick e Henry C. Metcalf, sob o título de *Dynamic Administration: The Collection Papers of Mary Parker Follett*, e, em outro, por Lyndall Urwick, *Freedom and Coordination*, ambos de 1949. Mais tarde, na segunda metade da década de 1980, Pauline Graham reedita significativa parte da obra de Follett, sob o título de *Mary Parker Follett: Prophet of Management*. Por desconsiderarem as condições sociais e históricas que brevemente assinalamos, esses esforços de redescoberta das ideias de Follett induziram a compreensão anacrônica do seu pensamento. Isso se deve especialmente pela apreciação das ideias de Follett tendo por referência os autores que se tornaram clássicos na área de administração – tais como Taylor e Mayo – mas que constituíram suas respectivas teorias a partir de outros contextos de referência: neste sentido, é importante lembrar que Follett teve a ciência política com campo de formação, diferentemente de Taylor e Mayo; Follett era uma mulher em uma sociedade extremamente machista e sectária, fato que favoreceu os dois autores homens.

O anacronismo na análise do pensamento de Follett também se deve a leitura contemporânea feita sobre sua obra por Graham. Na verdade, a imagem de Follett como ‘profeta’ do gerenciamento sugere que suas ideias eram muito avançadas, representando perspectivas contemporâneas para Graham. Ora, sendo a leitura de Graham descontextualizada, a autora pode ter atribuído a Follett um sentido às suas ideias que não foi dado originalmente por ela. Este é o problema do ‘presentismo’, mencionado por Vizeu (2010) como um traço a-histórico da área de Estudos Organizacionais muito comum às leituras dos autores clássicos da área. Mais uma vez, o objetivo da ASHH é minimizar este problema, dando ao pesquisador uma visão mais acurada dos seus objetos de análise, no caso, uma teoria administrativa.

CONCLUSÃO

As formas simbólicas se inserem sempre em contextos e processos sócio-históricos por meio dos quais são produzidas, transmitidas e recebidas. As formas simbólicas resultam do emprego de recursos, regras, esquemas de um sujeito para alcançar receptores individuais ou coletivos de um mesmo tempo histórico que, por sua vez, também exercem direta ou indiretamente influências nas condições de produção e transmissão pelas expectativas do produtor quanto à sua recepção. Os sistemas epistemológicos implicam em uma sorte de determinações ao sujeito que são provenientes, por exemplo, das relações assimétricas de poder, do acesso diferenciado a recursos e oportunidades, e de mecanismos institucionalizados de produção, transmissão e recepção de formas simbólicas. Ao analista

competete a elucidação desses elementos e as influências que proporcionam à produção das formas simbólicas (THOMPSON, 2000).

Como procuramos destacar, partimos da premissa de que as formas simbólicas são expressões intencionais de um sujeito para um ou mais sujeitos, ou seja, elas dão significado, sentido e significação aos fenômenos culturais os quais são interpretados cotidianamente pelos atores no curso de suas vidas diárias e também por analistas que se interessam em compreender as características significativas da vida social. Deste modo, os sujeitos produtores e também os sujeitos que as interpretam utilizam-se de processos que envolvem a aplicação de variados tipos de regras, códigos e convenções, cuja construção exibe uma estrutura articulada de elementos que se colocam em determinadas relações uns com os outros para representar algo: um objeto, indivíduo ou situação, por meio de uma expressão linguística, para ser interpretada por um receptor que é, em última instância, aquele que detém a chave da interpretação (THOMPSON, 2000).

Assim sendo, o objetivo da ASHH é revelar essa contextualização de produção das formas simbólicas. Partindo do pressuposto que as formas simbólicas são produzidas socialmente - e, em dado momento, por indivíduos que sistematizam ideias, conceitos e teorias a respeito de algo - procuramos sistematizar etapas procedimentais que cobrem os fundamentos da ASHH, ou seja, a análise dos elementos de referência intelectual do produtor da forma simbólica e o mapeamento do contexto social deste processo de produção, transmissão e recepção. Neste sentido, enfatizamos o caráter diacrônico das formas simbólicas - especialmente, daquelas manifestadas teoricamente, por meio de um discurso

intelectualizado - onde estas são produzidas em um lugar e em um tempo particular, por sujeitos particulares, e são legitimadas por um grupo de referência também específico; da mesma forma, estas perduram e/ou se modificam ao longo do tempo por conta das transformações sociais e históricas que sucedem os diferentes contextos de recepção e transmissão das ideias. Assim, a ASHH constitui-se em um método importante para situar o estudo e a compreensão das construções simbólicas significativas realizadas através do tempo evitando, deste modo, o anacronismo.

Por fim, procuramos ilustrar o uso da ASHH em uma análise livre do pensamento de Mary Parker Follett, sobre seu conceito teórico denominado por **Lei da Situação**. Aplicando-se as etapas e os elementos de referência de constituição da ASHH, exemplificamos aspectos relevantes do contexto de produção desta ideia, bem como sobre a maneira pela qual ela foi recepcionada (ou mesmo esquecida) em determinados lugares e momentos históricos.

Com a discussão do método da ASHH, desejamos ressaltar que a tarefa do analista consiste em interpretar o significado, sentido e significação das formas simbólicas nos grupos sociais nos quais estão inseridas, por meio da aplicação de métodos e procedimentos de análises, ora em discussão neste trabalho, para desvelar e explicar, criando uma síntese nova sobre as condições de produção, transmissão e da própria recepção das formas simbólicas.

Finalmente, apesar do claro posicionamento epistemológico feito em favor da hermenêutica ricoueriana, é importante ressaltar que as contribuições da ASHH enquanto método analítico para Estudos Organizacionais não se restringe a objetos e questões de natureza histórica. Na

verdade, o que assumimos é a perspectiva de que todo fenômeno organizacional se constitui como um fenômeno histórico, pois se objetiva em um determinado contexto de construção e reconstrução histórica. Assim, evidenciamos que a ASHH pode ser adotada em estudos organizacionais de cunho crítico (por exemplo, aqueles atribuídos a nomenclatura de *Critical Management Studies*), identificando comportamentos e práticas contemporâneas que assumem determinada trajetória histórica de significação, ou mesmo estudos institucionalistas, que podem ampliar seu potencial analítico ao revelar o contexto sócio-histórico de constituição das instituições e práticas em análise, ou mesmo

situá-las em uma esfera societal mais ampla que o nível de análise organizacional. Da mesma forma, estudos de estratégia podem obter uma significativa contribuição da ASHH da tomada de decisão e da própria análise teórica, tendo em conta a heterogeneidade de perspectivas que constituíram historicamente este campo (MACHADO-DA-SILVA e VIZEU, 2007).

Este trabalho não se esgota aqui. Novas necessidades analíticas e procedimentais surgirão à medida que novas pesquisas sócio-históricas hermenêuticas sejam desenvolvidas. Fomentar estes esforços é o propósito inicial deste trabalho.

REFERÊNCIAS

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2008.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade: Tratado de Sociologia do Conhecimento**. 2a. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

BOURDIEU, P. O campo científico. In: ORTIZ, R. **Bourdieu - Sociologia**. São Paulo: Ática, v. 39, 1983. p. 122-155.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo: EDUSP, 2008.

BRAVERMANN, H. Gerência científica. In: BRAVERMANN, H. **Trabalho e capital monopolista**. 3. ed. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 82-111.

BULGACOV, Y. L. M.; VIZEU, F. A positividade da emoção na prática da pesquisa nas organizações. **CadernosEBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 488-509, 2011.

BURREL, G.; MORGAN, G. **Sociological paradigms and organizational analysis**. Tradução de Wellington N. F. Martins. Vermont: Ashgate Publishing, 1979. Tradução livre do Prof^o. Wellington N. F. Martins, EA/UFBa., 1991.

CALLAS, M. B.; SMIRCICH, L. Not ahead of her time: reflections on Mary Parker Follett as prophet of management. **Organization**, v. 3, p. 147-152, 1996. Disponível em: <<http://org.sagepub.com/content/3/1/147.extract>>. Acesso em: 25 ago. 2009.

CHANDLER, A. D. Estradas de Ferro: pioneiras da moderna administração de empresas. In: MCCRAW, T. K. **Alfred Chandler**. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 142-168.

CHILD, J. Follett: O conflito construtivo. In: GRAHAM, P. **Mary Parker Follett: Profeta do Gerenciamento**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1997. p. 93-100.

CLEGG, S. R.; HARDY, ; NORD, W. R. **Handbook de estudos organizacionais: modelos de análises e novas questões em estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1999.

DAFT, R. L.; WEICK, K. E. Toward a model of organizations as interpretation systems. **The Academy of Management Review**, 9, n. 2, Abril 1984. 284-295.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **Qualitative research**. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2005.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. São Paulo: Bookman, 2006.

FOLLETT, M. P. Community is a process. **Philosophical Review**, v. XXVIII, p. 576-588, 1919.

FOLLETT, M. P. Os fundamentos psicológicos da organização. In: GRAHAM, P. **Mary Parker Follett: Profeta do Gerenciamento**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1997a. p. 36-241.

FOLLETT, M. P. O Indivíduo, o grupo e a sociedade. In: GRAHAM, P. **Mary Parker Follett: Profeta do Gerenciamento**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1997b. p. 243-281.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

FOX, E. M. Mary Parker Follett: the enduring contribution. **Public Administration Review**, p. 520-529, November-December 1968. Disponível em: <<https://woc.uc.pt/fpce/course/MIP/2006-2007/follett%202.pdf>>. Acesso em: 05 mar. 2010.

FREIDSON, E. **Professional powers**. Chicago: The University of Chicago Press, 1988.

GADAMER, H.-G. **Verdade e método, volume 1**. Petrópolis: Vozes, 1997.

GODOI, C. K.; BALSINI, C. P. V. A pesquisa qualitativa nos estudos organizacionais brasileiros: uma análise bibliométrica. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. D. **Pesquisa Qualitativa em Estudos Organizacionais: Paradigmas, Estratégias e Métodos**. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 89-112.

GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. D. **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2006.

GRAHAM, P. **Mary Parker Follett: profeta do gerenciamento**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1997.

GRAHAM, P. Mary Parker Follett (1868-1933). In: WARNER, M. **The IEBM Handbook of Management Thinking**. London: International Thomson Business Press, 1998. p. 201-205.

GUERREIRO RAMOS, A. **A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações**. Rio de Janeiro: FGV, 1981.

HABERMAS, J. **Técnica e ciência como "ideologia"**. Lisboa: Edições 70, 1968.

HABERMAS, J. **Conhecimento e interesse**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

HESEN, J. **Teoria do conhecimento**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HOBSBAWM, E. J. **The age of capital: 1848-875**. London: Abacus, 1977.

HUSSERL, E. **A Ideia da fenomenologia**. Lisboa: Edições 70, 1990.

JACQUES, R. S. History, historiography and organization studies: the challenge and the potential. **Management & Organizational History**, v. 1, n. 1, p. 31-49, 2006.

JASMIN, M. G. História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n. 57, p. 27-38, 2005.

KANTER, R. M. Prefácio. In: GRAHAM, P. **Mary Parker Follett: Profeta do Gerenciamento**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1997. p. XI-XVII.

KOSELLECK, R. The historical political semantics of asymmetric counter concepts. In: KOSELLECK, R. **Futures Past. On the Semantics of Historical Time**. Cambridge, MA: The MIT Press, 2006. p. 159-197.

MACHADO-DA-SILVA, C. L.; VIZEU, F. Análise institucional de práticas formais de estratégia. **Revista de Administração de Empresas**, v. 47, n. 4, p. 89-100, 2007.

MANNHEIM, K. **Ideologia e utopia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

MATITZ, Q. R. S.; VIZEU, F. Construção e uso de conceitos em estudos organizacionais: por uma perspectiva social e histórica. **EnANPAD 2010**, Rio de Janeiro, 25 a 29 Setembro 2010.

PEGINO, P. M. F. Reflexões sobre as possibilidades teórico-metodológico da hermenêutica ricoeuriana para o estudo do discurso como objeto dos estudos organizacionais. **EnANPAD 2009**, São Paulo, 19-23 set. 2009.

PEGINO, P. M. F. Apresentação dos aspectos filosóficos da hermenêutica ricoeuriana: evitando algumas armadilhas de sua operacionalização como métodos nos estudos organizacionais. **EnANPAD 2010**, Rio de Janeiro, 25-29 set. 2010.

PIAGET, J. A Epistemologia genética. In: PIAGET, J. **Piaget**. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 1-64. Coleção Os Pensadores.

STEVENS INSTITUTE. Stevens Institute Archives, n.d. Disponível em: <<http://stevens.cdmhost.com/cdm/compoundobject/collection/p4100coll1/id/262>>. Acesso em: 15 out. 2010.

STIVERS, C. Mary Parker Follett and the question of gender. **Organization**, v. 3, n. 1, p. 161-166, 1996. Disponível em: <<http://org.sagepub.com/content/3/1/161.extract>>. Acesso em: 25 ago. 2009.

THE NEW YORK TIMES. Radcliffe College's history: its past and present connections with Harvard. **The New York Times**, 14 jan. 1894. Disponível em: <<http://query.nytimes.com/mem/archive-free/pdf?res=F20D12FD345D15738DDDAD0994D9405B8485F0D3>>. Acesso em: 21 jul. 2011.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era das comunicações de massa. Petrópolis: Vozes, 2000.

TONN, J. C. Follett's Challenge for Us All. **Organization**, v. 3, p. 167-174, fev. 1996. Disponível em: <<http://org.sagepub.com/content/3/1/167.extract>>. Acesso em: 25 ago. 2009.

TONN, J. C. **Mary Parker Follett**: creating democracy, transforming management. New Haven: Yale University Press, 2003.

VIEIRA, A. M. Questões hermenêuticas em estudos organizacionais: um olhar sobre a fenomenologia e sobre a etnografia. **EnANPAD 2009**, São Paulo, 2009.

VIZEU, F. Potencialidades da análise histórica nos Estudos Organizacionais brasileiros. **RAE**, São Paulo, 50, n. 1, 2010.

VIZEU, F.; MATITZ, Q. R. D. S. Contribuições da história dos conceitos (Begriffsgeschichte) para os estudos organizacionais. **EnANPAD 2011**, Rio de Janeiro, 2011.

WARNER, M. **The IEBM handbook of management thinking**. London: ITP, 1998.

NOTAS

⁽¹⁾ Doutor e mestre em Administração pela Universidade Positivo. Especialista em Comportamento Organizacional pela Universidade Positivo. Especialista em Economia Empresarial pela UNIVILLE. Graduado em Administração pela Faculdade de Administração de Empresas "Amador Aguiar" (FIEO). Professor Ad Hoc dos Programas de Pós-graduação (lato sensu) da Universidade Positivo e do Centro Universitário da FAE.

⁽²⁾ Doutor em Administração pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo/EAESP/FGV-SP. Bacharel em Administração pela Universidade Estadual de Maringá/UEM. Mestre em Administração pela Universidade Federal do Paraná/UFPR. Professor Adjunto do Programa de Mestrado e Doutorado em Administração da UNIGRANRIO. Professor do Programa de Mestrado e Doutorado em Administração da Universidade Positivo/UP.

Enviado: 02/05/2013

Aceito: 23/07/2014

Publicado: 30/12/2014